

PROJETOS

Dificuldades de financiamento travam investimento em inovação

Mais consciencialização, processos mais simples e mais garantias. Estes são três aspetos essenciais para fomentar o financiamento das empresas.

Um tecido empresarial constituído maioritariamente por pequenas e médias empresas (PME) com baixos capitais, um sistema público de apoio complexo e uma banca em que a análise de risco é fator determinante para a aprovação de financiamento, colocam obstáculos à inovação. E mesmo que as várias ações de sensibilização e tentativas de simplificação tenham alterado o cenário nos últimos meses, são necessárias mudanças, nomeadamente ao nível da organização dos apoios públicos.

“A apresentação do projeto e avaliação do risco é a questão mais relevante em todo o processo”, afirma Pedro Alvito, professor de Políticas de Negócio na AESE, que aponta a natureza das empresas nacionais – pequenas, com baixos capitais próprios e endividamento elevado – como uma das raízes dos desafios que se lhes colocam. “Quando falo em inovação dificilmente consigo traduzir em números os ganhos que vou obter e, para a banca, isso traduz-se na dificuldade de avaliar o projeto em termos de risco”, afirma o docente. O resultado é a simplificação dos projetos: “As empresas acabam por investir em coisas mais simples e não propriamente nas grandes transformações de que necessitam.”

O professor da AESE sublinha ainda a importância de olhar para o

investimento em inovação numa lógica de crescimento. “Todo este processo só faz sentido – em termos das empresas e em termos nacionais – se transformar empresas pequenas em, pelo menos, empresas médias e empresas médias em grandes. Só aí terei ganhos de produtividade a nível nacional”, afirma. A solução passa não só por dar mais garantias aos bancos na proteção do risco como por uma avaliação à própria lógica do negócio e aos benefícios que traz. Outra alteração crucial – sobretudo para as pequenas empresas – é a simplificação dos processos. “Acabamos por criar um sistema que é utilizável pelas médias e grandes empresas, que têm estruturas e facilidades próprias para chegar a esses meios”, alerta, lamentando que, tal como está desenhado atualmente, o sistema acaba por beneficiar quem menos precisa.

Beatriz Freitas, CEO da SPGM Portugal, participou em vários trabalhos da *task force* para a capitalização das empresas criada pelo governo, a qual identificou a necessidade de criar mecanismos de financiamento dos projetos de digitalização ligados à indústria 4.0. Daí surgiram produtos específicos e, no caso da SPGM, foi criada uma linha em parceria com a PME Investimentos, que funciona como um produto de garantia. “Dá uma contrapartida



PME devem explorar todos os instrumentos de crédito disponíveis.

que a maior parte dos projetos não consegue dar. A maioria das empresas estão em fase de crescimento muito inicial e precisam de garantias adicionais. É isso que temos tentado fazer”, diz Beatriz Freitas.

Recentemente, a linha foi remodelada com um acréscimo da garantia pública, um aumento da maturidade do apoio, um aumento do período de carência. Ao mesmo tempo, houve por parte da SGPM o esforço para simplificar o portal. Depois da reformulação passou a haver mais adesão. Nos últimos oito a dez meses têm surgido uma série de projetos que há dois anos não apareceriam. Começou na área do comércio e agora está a entrar

para a área da indústria”, afirma Beatriz Freitas.

François Gilles, do Banco Europeu de Investimento (BEI), destaca os avanços dos últimos anos: “As PME portuguesas melhoraram significativamente no acesso ao financiamento. Contudo, no relatório elaborado conjuntamente pelo BEI e pela COTEC (a divulgar no final do ano) são feitas recomendações no sentido de um melhor uso dos atuais instrumentos de crédito, tomando a informação dos programas de apoio o mais abrangente e acessível possível. “Outra recomendação sublinha o potencial de mecanismos de garantia adicionais”, afirma Gilles, que alerta ainda para o facto de muitas das empresas não estarem consciencializadas sobre a importância da transição para uma lógica 4.0.

“As PME deviam explorar todas as garantias e instrumentos de crédito disponíveis, por exemplo no âmbito do Portugal 2020 ou ao nível da UE. O Fundo Europeu de Investimento dá facilidades de garantias aos bancos que financiem projetos de PME. Outro exemplo é o programa COSME, que neste ano vai ter uma área específica ligada à digitalização – um projeto-piloto do Fundo Europeu de Investimento – que vai aumentar a cobertura da garantia e simplificar os critérios de elegibilidade.”

“Quando falo em inovação dificilmente consigo traduzir em números os ganhos que vou obter. Para a banca, é difícil avaliar o risco dos projetos.”

— PEDRO ALVITO
Professor da AESE